

O que Latour teria a contribuir para os estudos em comunicação?¹

What would Latour have to contribute to communication studies?

Tarcísio de Sá Cardoso

<https://orcid.org/0000-0002-1093-5307>
tcardoso@ufba.br

Professor adjunto da Faculdade de Comunicação da UFBA. Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Membro do grupo de pesquisa TransObjeto (PUC-SP) e do Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC, UFRGS/UFBA), é também pesquisador colaborador do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (LAB404, UFBA). Atua na docência em cursos superiores na área de Comunicação e Filosofia desde 2010, com ênfase em Teorias da Comunicação, Semiótica e Cultura Digital. Atualmente, desenvolve pesquisa em epistemologia da comunicação, semiótica e cultura digital, com interesse nos trabalhos de Charles S. Peirce e Bruno Latour, especialmente os relacionados à filosofia e sociologia da ciência.

<http://lattes.cnpq.br/0295736592288682>

Resumo

Este texto se propõe articular algumas questões de epistemologia da comunicação com alguns traços da epistemologia proposta por Bruno Latour. Para isto, em um primeiro momento, serão elencadas algumas dentre as várias questões que têm surgido nos debates da literatura especializada do campo da comunicação. Delas, serão destacadas as questões epistemológicas de fundo, no intuito de perceber o tipo de questão que se faz presente nesta seara. Posteriormente, serão apresentadas algumas das aqui tomadas como as principais contribuições da obra de Latour para a epistemologia em geral. Será importante marcar, neste ponto, um traço recorrente nas ideias latourianas: a crítica à filosofia e à ciência moderna. A partir de então, pretende-se resgatar as questões apontadas por trabalhos teóricos da comunicação de modo a identificar se, e em que medida, o pensamento de Latour poderia contribuir para a epistemologia da comunicação.

Palavras-chave: epistemologia, comunicação, Latour.

Abstract

This text proposes to articulate some issues of the epistemology of communication with some traits of the epistemology proposed by Bruno Latour. To this end, we start with some of the issues that have emerged in debates in the literature on communication. Based on them, the epistemological questions of the background will be highlighted, in order to perceive the type of question that is present in this field. Subsequently, some of those that, in our opinion, are the main contributions of Latour's work to epistemology will be presented. It will be important to mark, at this point, a recurring feature in Latour's ideas: the criticism of modern philosophy and modern science. Then we rescue the questions pointed out by theoretical communication research in order to identify if and to what extent Latour's thought could contribute to the epistemology of communication.

Keywords: epistemology, communication, Latour.

1. Introdução

Este texto se propõe articular algumas questões de epistemologia da comunicação com alguns traços da epistemologia proposta por Bruno Latour. Para isto, em um primeiro momento, serão elencadas algumas dentre as

várias questões que têm surgido nos debates da literatura especializada do campo da comunicação. Delas, serão destacadas as questões epistemológicas de fundo, no intuito de perceber o tipo de questão que se faz presente nesta seara. Posteriormente, serão apresentadas algumas das que, a nosso ver, são as principais contribuições da obra de Latour para a epistemologia em geral. Será importante marcar, neste ponto, um traço recorrente nas ideias latourianas: a crítica à filosofia e à ciência moderna. A partir de então, pretende-se resgatar as questões apontadas

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11 a 14 de junho de 2019.

por trabalhos teóricos da comunicação de modo a identificar se, e em que medida, o pensamento de Latour poderia contribuir para a epistemologia da comunicação.

A presente reflexão começa inspirada pelas tão interessantes ideias suscitadas pelo trabalho de Potiguara Silveira Jr. e Aristides Alonso (Silveira Jr; Alonso, 2018), apresentado no ano passado, durante o XXVII Encontro Anual da Compós. Naquele trabalho, os autores nos instigam a pensar a comunicação partir da perspectiva da transformática ou teoria psicanalítica da comunicação. Tal perspectiva destaca o haver da comunicação a partir do haver das formações (e transformações das formações), cujo caráter situacional é sua condição valorativa inerente, isto é, não pode haver na comunicação um fundamento valorativo universal.

É dessa afirmação básica, concreta – há formações –, que parte a transformática em sua operação de pesquisa, coleta, acompanhamento e arquivamento das transações, transformações e co-moções das formações (Magno [1996], p. 395). Isto, sem valoração prévia, sem fundamento bom ou mau inerente: é nas situações que tal ou qual formação se mostra mais ou menos adequada, e apenas pontualmente adequada às situações. Mudada a situação, mudam as formações e as adequações (Silveira Jr. e Alonso, 2018, p. 11).

O argumento dos autores caminha para os efeitos desse haver da comunicação destacando a noção de vinculação como responsável por instaurar não apenas o caráter transformador da comunicação, mas também uma indistinção do dentro-fora nos agentes comunicantes.

Isto a ponto de, em muitos casos, a própria distinção dentro / fora se apagar: uma vez a passagem feita, ambos os polos [emissão e recepção, e vice-versa, recepção e emissão] se transformam. O que passa só é enviado / recebido porque, em algum lugar, um polo concerne ao / está concernido pelo outro. O Haver é vincular, com suas formações sendo excitadas e incitadas o tempo todo (Silveira Jr. e Alonso, 2018, p. 11).

Tal proposta vinculativa, instauradora de uma indistinção do dentro-fora, qualifica o universo da comunicação como o universo da transformação nos agentes que dela participam. É como se os autores perguntassem “o que é o ‘haver’ da comunicação?”. Este tipo de questão epistemológica parece operar com um tipo de questão geral de fundo, a saber: qual a qualidade da comunicação?²

² Vale ressaltar que trazer à luz a qualidade da comunicação não significa, de modo algum, essencializar a comunicação. A proposta dos autores vai, claramente, na contramão de uma abordagem essencia-

Este tipo de questão epistemológica de fundo tem permeado o campo dos estudos em comunicação desde as suas primeiras formulações teóricas, sendo seus contornos tão ricos que tornariam supérfluas quaisquer tentativas de esgotar a questão. Parece extremamente justo afirmar, entretanto, que as pesquisas em teorias da comunicação – e o Brasil tem tido um papel relevante neste âmbito – têm contribuído enormemente para o avanço da compreensão do problema, na comunicação, sobre a qualidade. José Luiz Braga (2006, 2011), por exemplo, ao refletir sobre como o campo da comunicação é emblemático para compreendermos aquilo que vem sendo chamado de midiatização da sociedade, defende a tese da incompletude dessa própria midiatização, enquanto processo comunicacional. Ao refletir sobre os aspectos desse processo ainda em vias de se estabelecer como condição social, Braga tece uma linha argumentativa que parte da noção de comunicação como interação social e caminha para uma reflexão sobre a dinâmica do social agenciada pela midiatização. Diz o autor:

Nessa perspectiva, a mediatização não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes [...]. O que parece relevante, em perspectiva macro-social, é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam (Braga, 2006, p. 11-12).

Neste sentido, o autor trabalha uma questão sobre o agenciador do social próprio da midiatização, que talvez pudesse ser apresentada da seguinte forma: como compreender o social pela midiatização? Ou como a comunicação (enquanto interação) fornece subsídios para uma construção social da realidade? Parece correto afirmar que esse tipo de questão trabalha com dois tipos de problemática epistemológica: por um lado, reflete sobre o modo (tão caro à comunicação) como o par mídia/sociedade se constitui dialeticamente; por outro, sugere uma questão de fundo (tão cara às teorias sociais e filosóficas) sobre a relação entre construção e realidade social.

Como se vê, a complexidade das indagações epistemológicas no âmbito dos estudos da comunicação é notável. Soma-se a ela outra complexidade, própria do objeto com o qual o campo da comunicação está tão acostumado: a noção de mídia. Ainda que o campo de pesquisa tenha debatido tão largamente este tema, as controvérsias em torno do próprio conceito de meio de comunicação ressurgem com contornos ligeiramente novos em cada contexto

lista da comunicação. No entanto, parece ser lícito afirmar que, na proposta dos autores, transformação, vinculação e instauração de uma indistinção são atributos ou qualidades que entram em jogo no “haver” da comunicação.

social. Para tomar um caso recente, Joseph Turow e Nick Couldry (2018) ampliam o conceito de mídia a tal ponto que este passa a incluir a mediação algorítmica na extração de dados por sistemas digitais de vigilância.

Os empreendimentos sempre crescentes de empresas capitalistas, apoiados por governos, tentam lucrar gerando informações sobre a vida cotidiana. O resultado é um sistema dinâmico e interativo no qual a coleta de dados por meio do monitoramento automatizado contínuo se constitui num meio essencial para organizar – na verdade, governar – as ações das pessoas por valor econômico por meio de agregação estatística, criação de perfil e análise preditiva. Muitas dessas informações são coletadas, analisadas e postas em prática por meio de dispositivos que podem distribuir narrativas. Mas, para os propósitos do capitalismo, o que importa não é o elo com a transmissão de narrativa, mas a transformação subjacente da internet em um espaço de extração contínua de dados através da vigilância. Ou, como disse Bruce Schneier: “o principal modelo de negócios da internet é a vigilância em massa” (Turow e Couldry, 2018, p. 419).

A noção de mídia, quando relacionada à extração de dados, vai muito além das narrativas da mídia de massa, incluindo também as narrativas sobre cada um dos indivíduos e grupos sociais monitorados. Na visão dos autores, este tipo de ação narrativa não tem sido explorado pela pesquisa em comunicação.

Neste mundo, a compreensão do conteúdo midiático não pode se limitar a narrativas que o campo das comunicações tem tradicionalmente estudado: ou seja, as notícias, entretenimento, publicidade e outros gêneros narrativos. Também deve incluir a ampla gama de dados que são críticos para um tipo diferente de narrativa: o perfil discriminatório de indivíduos e grupos que as empresas realizam. Muitas vezes sem relação com a produção de contos para o público, a mídia envolvida nessas novas atividades narrativas dificilmente tem sido estudada pelos pesquisadores em comunicação (Turow e Couldry, 2018, p. 419).

Em uma linha argumentativa similar, Sergio Amadeu Silveira (2017) reflete sobre a governamentalidade dos algoritmos. Para ele, os algoritmos de *machine learning* são “dispositivos performativos” (Silveira, 2017, p. 275) na medida em que constituem um sistema de tradução capaz de aprender com as ações do ator humano e, desse modo, agenciar informações, temas e conteúdos a partir das preferências que definem seu perfil de uso.

Podemos perceber que, tanto em Silveira quanto em Couldry e Turow, duas perguntas norteiam seus

trabalhos. Por um lado, quando se toma a noção de mídia em relação à dinâmica do *big data*, a questão epistemológica de fundo é algo como “o conceito de mídia tem relação com o contexto da extração de dados?” ou, de modo ainda mais geral, “o que é mídia?”. Por outro lado, quando se trata de investigar a dimensão biopolítica dos sistemas digitais e sua capacidade de, como diria Foucault, conduzir condutas, a questão de fundo seria mais “como as performatividades midiáticas (p. ex.: processamentos da mídia algoritmo articulados com processos mais tradicionais das mídias de massa) tensionam a teia de agenciamentos políticos de uma sociedade em processo de midiaticização?”

Diante de tal cenário, a filosofia e as ciências sociais têm fornecido aparatos conceituais que permitem à comunicação não apenas deles fazer uso, mas também a partir deles propor transformações e adaptações para lidar com questões próprias a ela. Ressaltam-se, uma vez mais, as contribuições de José Luiz Braga, que, em trabalho recente (Braga, 2018), propõe revisitar, fazer uso heurístico e fazer derivações da noção foucaultiana de dispositivo. Ao deslocar a ênfase do “dispositivo pronto” para os “arranjos disposicionais” (Braga, 2018, p. 18-19), o autor sinaliza para uma processualidade capaz de revelar o que age no arranjo, na composição de elementos heterogêneos. Ao propor tal mudança de perspectiva, Braga parece trabalhar com uma questão de fundo, que interessa, novamente, evidenciar: dado que a midiaticização da sociedade ainda não está “pronta”, como se caracteriza tal arranjo disposicional? Como descrever, a partir da comunicação, a construção do social?

Estabelecidas estas questões iniciais, faremos uma breve passagem, a seguir, pelo que se imagina ser a contribuição de Bruno Latour para a epistemologia em geral, de modo que, posteriormente, seja possível fazer um cruzamento para as contribuições de tais ideias para o campo da comunicação.

2. A proposta teórica de Bruno Latour

A entrada de ideias latourianas no campo da comunicação não é uma novidade. Três exemplos de livros que marcaram o início do uso de Latour, mais especificamente da teoria ator-rede, nos estudos da comunicação foram as publicações, em 2010, do artigo de André Lemos (Lemos, 2010), que se utiliza da teoria ator-rede e das ideias de Latour para um estudo empírico, do livro de Lucia Santella e Renata Lemos (2010), que também desenvolve um capítulo inteiro dedicado ao autor, e, em 2013, do livro de André Lemos (2013a), livro inteiramente baseado no pensamento latouriano.

A inserção de Latour na comunicação também não é desprovida de controvérsias (nem poderia ser, tratando-se

de um autor tão controverso). Uma crítica comum que se faz à inserção de ideias latourianas na comunicação (e nas ciências sociais em geral) diz respeito a uma suposta marca tecnocêntrica do seu pensamento, uma vez que tais estudos são conhecidos por incluírem no âmbito das agências não apenas as mediações sociotécnicas, como, sobretudo, atores não-humanos. Ainda que tal crítica mostrasse sérias limitações no âmbito dos estudos em comunicação (posição a ser contestada pelo presente trabalho), ainda que qualquer inspiração latouriana confinasse o posicionamento epistemológico a uma abordagem tecnocentrada, não parece muito saudável, de todo modo, rechaçá-la como inapropriada para tratar de questões próprias à comunicação. No terreno da epistemologia, um posicionamento adotado talvez possa ser contestado tendo como perspectiva um posicionamento diverso, mas ambos podem compor o campo plural de propostas sobre um objeto comum.

O presente trabalho se propõe, a seguir, apresentar alguns apontamentos sobre as contribuições epistemológicas da obra de Bruno Latour, que, sob a perspectiva aqui adotada, talvez pudesse render bons proveitos para o campo da comunicação. Ao final, contestamos a leitura tecnocêntrica do pensamento latouriano e discordamos do lugar de destaque ocupado por esta leitura no imaginário da literatura especializada em comunicação. Se não, vejamos.

Um dos traços mais característicos do pensamento de Bruno Latour é sua crítica ao “moderno”, isto é, um determinado tipo de posição ontológico-epistemológica comum a uma cultura que, como todo coletivo, transforma-se e se adapta ao longo do tempo, mas que também guarda características que lhe permitem ser identificado. É preciso entender, antes de tudo, o que Latour quer dizer com moderno, mas isto não é tão simples, uma vez que grande parte da obra de Latour versa justamente sobre esse conceito.

Em *Jamais fomos modernos* (1994a), Latour caracteriza moderno como aquele que, ao adotar uma posição epistemológica específica (dada por uma bifurcação purificadora), acaba por gerar uma incongruência: é moderno, para o autor, quem elabora uma teoria pautada no dualismo que quer purificar (separar de um lado a “Natureza” e de outro o “Social”), mas ao mesmo tempo cria as condições práticas para os híbridos³ se proliferarem. O projeto moderno oficial cria uma cisão purificadora, como se a esfera das humanidades pudesse ser purificada da esfera da natureza. No entanto, o Latour de *Jamais fomos modernos* e também da teoria ator-rede propõe um

movimento “reagregador”, a criar pontes entre os mundos que a filosofia e a ciência moderna separaram.

A hipótese deste ensaio [...] é que a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não humanos, de outro. [...] Enquanto considerarmos separadamente estas duas práticas, seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo sinceramente ao projeto da purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação de híbridos (Latour, 1994a, p. 16).

Vale notar, na citação acima, que, para definir uma reflexão sobre a categoria do moderno, Latour nota dois tipos de prática: a purificação e a tradução. Moderno seria, então, aquele que mantém essas duas práticas separadas. A ênfase latouriana no que chamou de tradução ganha corpo se considerarmos o que resultou do mundo que o homem moderno criou. Quando consideramos os “progressos” da indústria e o desenvolvimento das sociedades modernas, se adotamos a perspectiva moderna (criticada por Latour), veremos que a própria associação semântica entre a ideia positiva de progresso e a de homem, sujeito, racionalidade, democracia liberal e tantas outras ideias que o iluminismo legou para a cultura ocidental é o que serve de fundamento para justificar uma política de dominação (sobre o outro, sobre os primitivos, sobre a natureza).

Antes de Latour, muitos autores já tinham feito diversas críticas às consequências do iluminismo. Vale lembrar, por exemplo, a crítica ao positivismo, à democracia liberal e à racionalidade técnica que foi feita pela primeira geração de frankfurtianos da teoria crítica. No entanto, o que distingue a crítica latouriana é o fato de ela, ao cruzar elementos do social e da natureza, poder lidar com o tema da ecologia, de modo a articular em um mesmo estudo, por exemplo, as questões ambientais com que cada vez mais nos deparamos. Se o progresso do moderno fosse medido pelo sucesso técnico e econômico dos setores industriais que, ao dominar a natureza (vista como matéria-prima, como estando à disposição do humano), “fazem avançar a sociedade”, nunca seríamos capazes de lidar com questões ambientais. E, de fato, a sociedade moderna não se acostumou a pensar a ecologia, uma vez que só pensávamos a economia (liberal). Todavia, na prática, sintomas notáveis na natureza, nos rios, alterações climáticas, típicas do antropoceno, não apenas sinalizam que o

³ Híbrido é um conceito latouriano que se contrapõe aos dualismos. É híbrido todo aquele que não se encaixa em nenhuma das categorias fixadas.

“progresso” do moderno tem consequências para o habitat do humano, para além das consequências sociais, visto que age também no mundo natural, como também coloca em questão as consequências pragmáticas de pensarmos o mundo (social e natural) a partir de uma episteme dualista purificadora. Os “primitivos” talvez soubessem mais que os modernos que Gaia responde às ações do humano.

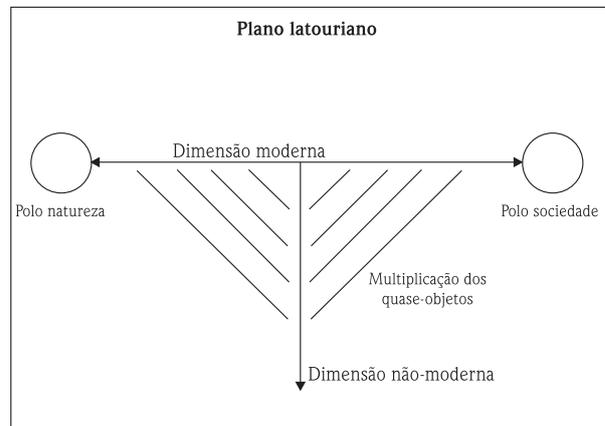
Como, então, criar uma epistemologia não-moderna? Como incluir o ecologizar, que Latour mais recentemente toma como um oposto de modernizar na dimensão epistêmica? Em *Investigações sobre os modos de existência* (2013), Latour condensa alguns dos principais temas de sua trajetória acadêmica, de modo a sistematizar seu pensamento para “preparar os ocidentais para seu futuro” (Latour, 2013, p. 16). Do ponto de vista teórico, podemos dizer que o livro trata justamente de um rearranjo tanto da epistemologia – que, na sua visão, não mais pode ser assentada sobre sua forma moderna bifurcada no par Sujeito-Objeto – quanto da ontologia – que não pode mais ser entendida como o estudo do Ser, mas antes como o estudo dos modos de constituição dos seres.

Partindo da ideia de que diferentes modos de existência significam diferentes jogos de linguagem, a proposta latouriana nesta fase da sua obra pode ser caracterizada como um movimento da linguagem ao(s) ser(es), já que não se privilegia o modo da linguagem, mas o dos seres. Ainda no âmbito da crítica à cisão moderna, Latour propõe que, em vez de adotarmos a episteme que toma as representações como plurais (pluralismo da linguagem) e a realidade como singular (monismo do mundo), devemos caminhar para uma proposta que assuma uma ontologia pluralista, isto é, que aumente a “diversidade nos seres admitidos para existir” (Latour, 2013, p. 21). Acompanhar o vacilo do moderno entre economia e ecologia significa transformar a questão da modernidade em uma questão de projeto, isto é, em uma busca por resolver os dilemas que a humanidade, na sua adolescência científica, criou para si. Latour se pergunta: “poderíamos colocar os modernos em um habitat que fosse, se não estável, ao menos sustentável e razoável?” (Latour, 2013, p. 23)

Para completar o cenário moderno, convém lembrar um diagrama antigo (1994a) criado por Latour para expressar a inclusão de uma segunda dimensão no quadro da modernidade, capaz não apenas de situar a polaridade moderna oficial (isto é, a purificação que separa natureza e sociedade), mas também de entender como outro eixo (modernidade oficiosa) é formado para compor um quadro dialogicamente completo entre moderno e não-moderno. A dimensão criada corresponde ao eixo da “não-modernidade”, responsável por incluir uma tensão de mediação ou tradução (a dimensão dos não-modernos), capaz de incluir a multiplicação dos quase-objetos (ou híbridos). É com a inclusão desta que Latour pretende dar conta das misturas, pois, como diz o próprio autor, “ao desdobrar as

duas dimensões simultaneamente, talvez possamos acolher os híbridos e encontrar um lugar para eles” (Latour, 1994a, p. 55).

Figura 1: Plano latouriano da complementaridade entre a polarização moderna (natureza/cultura) e a dimensão não-moderna (em que crescem os híbridos)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o quadro e o diagrama proposto por Latour, fica um pouco mais claro que seu interesse não consiste em desmontar a polarização moderna, mas, ao contrário, complementá-la. Ao encarar o moderno a partir do ponto de vista não-moderno, Latour não quer refutá-lo, mas estendê-lo, ampliando seu alcance em um quadro mais complexo, responsável por explorar áreas das quais o esquema anterior parece não conseguir dar conta. Parece-nos que o método de Bachelard (2008) é emblemático para Latour, e capaz de inspirar tal noção de complementaridade. Ao criar uma epistemologia não cartesiana, inspirada na geometria não euclidiana, na física não newtoniana, etc., Bachelard queria dar a ideia de que toda teoria do tipo “não-x” não visa contradizer, mas complementar a teoria anterior, evidenciando seus limites, de modo a formar um quadro mais totalizante.

[...] não há nada de automático nestas negações e não deverá esperar-se encontrar uma espécie de conversão simples que possa fazer com que as novas doutrinas entrem logicamente no quadro das antigas. Trata-se de fato de uma verdadeira extensão. A geometria não-euclidiana não se faz para contradizer a geometria euclidiana. É antes uma espécie de fator adjunto que permite a totalização, o acabamento do pensamento geométrico, a absorção numa pangeometria (Bachelard, 2008, p. 13).

Não é difícil concluir, diante dessa proposta tão inspiradora, que o pensamento não-moderno de Latour tem como fim maior um esquema mais completo, uma espécie de “pan-modernismo”. Latour diversas vezes parece

sugerir seu intento de complementação do esquema moderno, como, por exemplo, quando fala na ideia de acréscimo para justificar a inclusão da mediação no esquema moderno. “À prática de purificação – linha horizontal –, convém acrescentar as práticas de mediação – linha vertical” (Latour, 1994, p. 43).

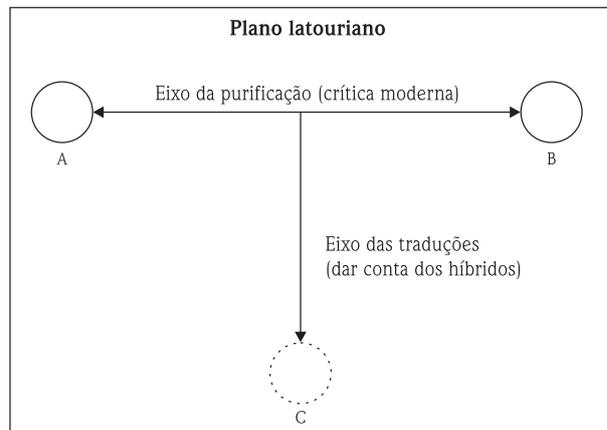
Se as práticas de mediação complementam o diagrama moderno, deve ser porque são recursos que acrescentam algo ao esquema anterior. O que está sendo acrescentado? Como veremos a seguir, enquanto a prática da purificação se interessa pelas essências, a prática da mediação se interessa pelas existências (Latour, 1994a, p. 85-86). Desse modo, os modernos, interessados que estavam em partir das classes puras para estudar os híbridos, só conseguiam achar ali intermediários com poder de agência limitado. A dimensão não-moderna de Latour, no entanto, é ir das misturas (híbridos) às classes puras, estudar as emergências. Assim, a inclusão da mediação complementa o quadro moderno porque inclui a seta, orientada pelos mediadores, que vão do meio para os extremos, e não apenas, como era no caso do encontro com intermediários, dos extremos para o meio.

Para Latour, a não inclusão da dimensão da mediação foi o que impediu os modernos de refletir sobre sua própria constituição, apesar de suas manobras argumentativas e de suas acrobacias críticas no duplo jogo imanência-transcendência. “Mas o preço a pagar por esta liberdade foi que os modernos permaneceram incapazes de pensar a si mesmos. Todo o trabalho de mediação escapa do quadro constitucional que o traça e o nega” (Latour, 1994a, p. 45).

Diante de tal ampliação das análises do moderno e do nosso foco na ideia de mediação, será interessante continuar esse procedimento diagramático, que, a partir da proposta de Latour, pode chegar a representações ainda mais gerais sobre o mecanismo de complementação. No procedimento latouriano para complexificar o esquema moderno, pudemos perceber que a mediação é fruto de uma atividade de fundo, abafada pelo projeto moderno oficial, mas presente e viva na modernidade oficiosa.

O diagrama abaixo tenta expressar o mecanismo usado por Latour na construção de seu diagrama. Assim, o eixo das entidades A e B, polarizadas linearmente, que na concepção moderna pretende segregar, por exemplo, “natureza” e “cultura”, pode compor agora um quadro geral com outro eixo, responsável pela dimensão da mediação, de modo a dar estatuto ontológico para entidades impossíveis de serem pensadas no diagrama linear de A e B. O diagrama a seguir mostra como a ideia de mediação torna presente, no esquema latouriano, as entidades de um tipo novo (entidades tipo “C”). Neste caso, a noção de mediação acaba criando um plano (bidimensional) a partir do cruzamento de duas linhas (unidimensionais).

Figura 2: Plano latouriano do cruzamento entre duas linhas. Cada tensão mediadora entre o eixo das purificações (moderno oficial) e o das traduções (não-moderno ou moderno oficioso) cria um mapeamento dos híbridos (quase-objetos) a serem posicionados em um quadro de relações entre três polos (os dois polos anteriores A e B e um polo adicional “C”, que permite mediar as misturas)



Fonte: Elaborado pelo autor.

A ênfase no “império do centro” vem de uma tentativa latouriana de conferir uma prevalência epistemológica à existência em relação à essência, o que combina com o caráter pragmatista jamesiano e com o existencialismo (quase-sartreano) dos atores (humanos e não-humanos). É como se Latour tomasse as mediações como uma atividade própria das existências, e cujo produto seria a formação de essências, invertendo o ímpeto epistemológico da crítica kantiana de investigar em primeiro lugar os modos de acesso ao ser (no *a priori*, nas regras do entendimento e da intuição) e derivar de tais formas puras a tipificação dos dados empíricos. Para Latour, uma vez que as existências são anteriores às essências, não há *a priori* nenhuma forma pura, mas sim várias formas híbridas, misturas, como minérios em estágio bruto, prontos apenas para serem lapidados pelas dinâmicas do coletivo e estabilizados por elaborações co-constitutivas próprias do coletivo. Mediação seria, assim, o gesto de derivar essências estabilizadas a partir dos atores e suas interações.

Espera-se que tenha sido entendida, em linhas gerais, a proposta ontológico-epistemológica que norteia o pensamento de Latour. No entanto, o que tal proposta poderia acrescentar no âmbito das investigações da teoria da comunicação?

3. Alguns apontamentos sobre pontes entre a epistemologia latouriana e a epistemologia da comunicação

A seguir, é proposto um exame teórico do alcance e da contribuição que o cenário acima apresentado sobre

o pensamento de Latour poderia dar para o campo dos estudos em comunicação. Para isso, vamos retomar as questões epistemológicas, elencadas na primeira parte do texto, que o campo tem enfrentado, expressas aqui de modo simplificado:

- a. Qual a qualidade da comunicação?
- b. O que é mídia?
- c. Como o par mídia/sociedade se constitui dialeticamente? (como descrever, a partir da comunicação, a construção do social?)
- d. Como se costura a relação entre construção e realidade social?
- e. Como as performatividades midiáticas tensionam a teia de agenciamentos políticos de uma sociedade em processo de midiaticização?

Não é o intuito deste trabalho dar resposta a tais questões. Este, aliás, é o tipo de empreendimento próprio ao exercício teórico do campo científico. O que se pretende, aqui, é apenas verificar, ainda que parcialmente, como o empreendimento de Latour poderia contribuir para tal trabalho do campo.

No que se refere à questão a (qual a qualidade da comunicação?), sobre a qualidade da comunicação (que, como vimos, ganha um escopo específico no trabalho de Silveira Jr. e Alonso), a obra de Latour provavelmente tomaria como pressuposto básico que a comunicação (em qualquer dos âmbitos que seja considerada, a partir de objetos, práticas, pesquisas teóricas, etc.) seja assumida a partir, não de um domínio com limites, mas da identificação de uma rede de relações entre atores heterogêneos, os mais diversos (rede esta composta justamente por aqueles objetos, práticas, pesquisas, etc.). Em vez de se concentrar nos limites, na fronteira do científico, diria Latour (2013, p. 31), convém se concentrar nas conexões de um dado elemento. Enquanto o domínio é definido normativamente de fora para dentro, a partir de características dadas, mas cuja consequência tautológica é um limitar-se, contemplar a incompreensibilidade do entorno, a lógica reticular é, por sua vez, regida pela atenção dada aos atores, ao fluxo, e almeja identificar tanto a continuidade quanto a fragilidade dessa continuidade.

Mas dizer que a comunicação é uma rede, uma composição de híbridos, ainda não é dizer nada da sua qualidade. É preciso, portanto, caminhar na direção de um aspecto “qualitativo” desta rede. Como passar de uma lógica relacional para uma lógica da qualidade? Para isto, convém atentar para a dinâmica da rede em questão. Latour afirma que, em uma trajetória descontínua com uma série de elementos, algo se mantém, apesar das sucessivas transformações, de modo que seja possível traçar uma trajetória de saltos de transformações, que, no entanto, guardam, através das transformações, uma similaridade com o que já estava. Em uma analogia com um

pesquisador imaginário que se utiliza de tubos de ensaio, fotografias de microscópios eletrônicos, cultura de leveduras (todos atores que impõem uma descontinuidade na prática do conhecimento) e produz, todavia, um conhecimento (elaborando conexões, continuidades), toda rede poderia ser estudada pela qualidade valorativa de suas dinâmicas composicionais.

Essa trajetória, feita de saltos descontínuos, é o que permite ao pesquisador determinar, por exemplo, que, entre uma cultura de levedura, uma fotografia, uma tabela de figuras, um diagrama, uma equação, uma legenda, um título, um resumo, um parágrafo e um artigo, algo é mantido apesar das sucessivas transformações (Latour, 2013, p. 39).

Para Latour, a qualidade de uma rede só pode ser dada se de algum modo for possível “compreender a continuidade através de uma série de descontinuidades” (Latour, 2013, p. 40). Imaginando uma antropóloga que acompanha a prática de investigação daquele cientista de laboratório, Latour avança sua argumentação para defender que em todo fluxo são necessárias transformações do ser para que ele próprio possa permanecer. Permanecer, convém lembrar, não é permanecer o mesmo:

*Nossa investigadora agora tem um instrumento um pouco mais robusto à sua disposição: para qualquer curso de ação, ela tenta identificar os ingredientes inesperados pelos quais os atores têm que passar para realizá-lo; esse movimento, que consiste em uma série de saltos (identificados pelas surpresas encontradas pelo etnólogo e seus informantes), traça uma rede, de grafia [net]. Essa rede heterogênea pode, em princípio, associar qualquer elemento a qualquer outro. Nenhuma fronteira limita sua extensão [...]. Traçar uma rede é, portanto, sempre reconstituir por **tentativa e erro** (uma investigação é uma tentativa, mas também uma inovação, e também uma crise) os antecedentes e as consequências, os precursores e os herdeiros, os ins e outs, tal como eram, de um ser. Ou, para colocar de modo mais filosófico, os outros através dos quais se tem que passar para se tornar ou permanecer o mesmo – o que pressupõe, como veremos mais tarde, que ninguém pode simplesmente “permanecer o mesmo”, como era, “sem fazer nada”. Para permanecer é preciso passar – ou em todos os casos “passar através” – algo que chamaremos de **tradução** (Latour, 2013, p. 41).*

De onde surgiria a qualidade de uma rede, portanto? Do agenciamento identificado pela prática de atores coletivizados que devem se modificar para se manter e que, portanto, precisam agir. É justamente esse fluxo de

continuidade entre descontínuos que dá o tom, a qualidade de uma rede, de tal modo que a rede seja vista sob o prisma do fluxo, sendo ela própria uma qualidade da atividade em questão (Latour, 2013, p. 42).

Insistimos que não se trata, aqui, de determinar a qualidade da comunicação. No entanto, ela pode ser entendida agora a partir de tal epistemologia como uma rede de elementos heterogêneos que, na sua dinâmica, nos seus agenciamentos, nos fluxos das ações, faz surgir uma continuidade entre descontínuos.

Passemos agora à questão *b* (o que é mídia?). Sobre este tipo de questão, Latour não parece ter muito a dizer, visto que sua obra não trata especificamente de fenômenos midiáticos. No entanto, se tomarmos mídia como elemento mediador (técnico, social ou, para usar um vocabulário latouriano, sociotécnico) de interações comunicantes, não é difícil perceber que o pensamento latouriano teria algo a dizer sobre este conceito. Mediador (ator ativo no fluxo da rede), em oposição a intermediário (ator tomado como neutro, isto é, visto como mero transmissor de impulsos), por sinal, são termos que, na obra latouriana, estão associados à teoria ator-rede, isto é, a um momento em que os atores humanos e não-humanos eram chamados para compor um cenário mais complexo do moderno/não-moderno, cujo valor era dado pela dimensão própria do engendrar, do originar, fazer emergir. Assim, em toda questão do tipo “o que é X”, o prisma latouriano conduziria tal questão para o que surge a partir de X, isto é, para os efeitos notáveis da ação de X. Desse modo, a questão sobre o que é mídia, no âmbito do pensamento latouriano, seria recheada com um tipo de preocupação para com as ações da mídia no tecido social.

Não é difícil notar a relação desta questão com a seguinte (questão *c*: como o par mídia/sociedade se constitui?). Note-se, antes de mais nada, que Latour não é muito afeiçoado à noção de sociedade. Isto se deve à sua crítica, como vimos, à bifurcação moderna “Natureza X Sociedade”. No entanto, a atitude de substituir o conceito de sociedade, como sugere o autor, não deve ser vista como um mero preciosismo conceitual. Não é novidade que Latour assume uma batalha épica com o campo consolidado da sociologia justamente por ressignificar a própria noção de “social”. Para ele, social não é algo a ser definido pela noção de sociedade, mas pelo viés associação. A teoria do social implicada por essa tese está exposta em *Reagregando o social* (2012). Ali, o autor enumera cinco fontes de incerteza as quais uma teoria do social aos moldes clássicos não pode resolver: a incerteza sobre os grupos, sobre a ação, sobre objetos, sobre os interesses e sobre os relatos dos pesquisadores. Ali, também, o autor esclarece por que os estudos dos sociólogos tendem a ficar restritos a uma pequena esfera de ideias, por mais que tentem se expandir.

Após essa espécie de desconstrução da sociologia, na segunda parte do livro, o autor apresenta sua teoria ator-rede (TAR) como uma epistemologia-método para permitir o rastreamento das associações. Os esforços almejam conectar novamente o tecido social, mas só depois de reposicionar a relação entre local e global, dar relevância aos conectores, tendo em vista tomar o social como associação. Por fim, Latour aborda a questão política, pertinente, segundo o autor, apenas em uma etapa posterior à recomposição do social. A mensagem final do livro, tendo em mente este âmbito político, traz a ideia de dar abrigo a novas entidades sociais e dar ao homem um ambiente, cerne já das preocupações ecológicas de Latour.

Desse modo, a questão dos efeitos da mídia no social, como conota a expressão “mídia da sociedade”, cunhada por Hjarvard (2014), sob o prisma latouriano deveria considerar que são justamente os tensionamentos, as controvérsias, as disputas e os agenciamentos em rede dos atores envolvidos em um fenômeno os únicos meios para se definir social, não havendo qualquer outro “social” além das associações.

A questão *d*, assinalada acima (como se costura a relação entre construção e realidade social?), merece, no entanto, uma (ainda que brevíssima) ilustração do empreendimento antropológico-filosófico sobre a fusão latouriana entre as noções de realidade e construção. Em *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches* (2002), Latour elabora parte da sua solução claramente não-moderna para o problema epistemológico do par construção/realidade, na tentativa de superar a cisão entre sujeito e objeto e o fosso entre teoria e prática.

Não retomo o tema dos ídolos do fórum, do templo, do mercado, para acusar os sensatos de acreditar, apesar de tudo, à maneira dos negros ou dos párias. Não os encorajo, como o filósofo que se vale do martelo a destruir enfim, por um último e heróico esforço, as últimas superstições que repousaria[m] ainda nas ciências e na democracia. É a definição mesma do monstro, da barbárie, dos ídolos, do martelo e da ruptura, que é preciso ser novamente retomada. Nunca houve bárbaros; nós nunca fomos modernos, nem mesmo em sonho (Latour, 2002, p. 63).

Ainda que este não seja o espaço para desenvolver o esforço antropológico-filosófico de Latour sobre a questão real/construção, deve-se frisar que a negação do dualismo moderno ilustrada pela citação acima se constitui como uma clara oposição ao sistema de crença moderno, cujo cerne está na segregação entre construção e realidade (modernidade oficial) e na inexorável proliferação de híbridos (modernidade oficiosa). Ao vincular fato científico e fetiche místico (não tomando ambos como equivalentes,

vale frisar), o autor cria uma abordagem co-constructivista em que uma pluralidade de agentes participam da construção da realidade. O importante a notar é que não há espaço, neste esquema, para a realidade externa pura e estranha ao homem, coisa em si, alheia aos sujeitos. Se uma entidade é real, na visão de Latour, ela está na rede (é imanente), no conhecimento construído, no conjunto de atores humanos e não-humanos que participam do jogo de fabricação, na rede de atores que compõem o que quer que mereça o nome de social. Não é possível que a ideia de “realidade co-construída” funcione como uma realidade independente e transcendente, já que ela é sempre produto, como vimos, de agenciamentos, de construção mútua dos atores em uma rede heterogênea.

No que diz respeito à dimensão biopolítica expressa na questão *e* (como as performatividades midiáticas tensionam a teia de agenciamentos políticos?), a contribuição de Latour parece um pouco mais assimilada pelo campo dos estudos em comunicação no Brasil – sobre o poder de agência dos não-humanos, ver, por exemplo, os trabalhos de Lemos (2010, 2013b), Bruno (2012, 2013), Santaella e Cardoso (2015) e Salgado (2018). Em linhas gerais, vale dizer que, de acordo com Latour, em todo agenciamento sociotécnico deve haver uma dimensão política, pois ali sempre está presente uma conjunção, que faz surgir propriedades novas, pertencentes ao coletivo e não às partes isoladas, de modo a conferir poder para um ator-rede. Esse, aliás, é o fundamento da ideia de *mediação*, relacionada a um compartilhamento de responsabilidades pela ação a vários actantes, respeitando a ação de todos os envolvidos no sociotécnico em questão. “Estes exemplos de simetria ator-actante nos forçam a abandonar a dicotomia sujeito-objeto, uma distinção que impede a compreensão das técnicas e até mesmo das sociedades” (Latour, 1994b, p. 34).

Essa ideia de mediação como conjunção, que confere intencionalidade ao híbrido, lembra a noção de multiplicidade em Deleuze e Guattari. Para eles, múltiplo é sinônimo de ausência de unidade. É um substantivo, não adjetivo. Em suas palavras, é rizoma, não raiz arbórea.

[...] é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que [...] não tem nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. [...] Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas (Deleuze e Guattari, 1995, p. 23-24).

O múltiplo é associação, agenciamento, que opera com a lógica identitária do *e*, não do *ou*. Neste sentido, o sociotécnico é o produto do híbrido, da junção do humano com o não-humano. Vale ressaltar que esta tese não retira o poder de agência do humano, mas vincula tal poder aos atores não-humanos que lhe permitem agir. Destacar o ator híbrido humano/não-humano é reforçar a agência como uma capacidade de recrutar ou agregar recursos para buscar determinado fim, de modo a alterar, em parte, a configuração social circundante.

Para exemplificar como tal prisma latouriano poderia atuar na questão da biopolítica apresentada anteriormente através das ideias de Silveira (2017) e também de Couldry e Turow (2018), cabe destacar que, do ponto de vista do sociotécnico, interessa menos observar as controvérsias instauradas a partir de quem as causou (se foram humanos ou não-humanos) e mais a própria transformação, os tensionamentos e disputas que compõem as controvérsias enquanto elas estão acontecendo, de modo a conseguir visualizar os resultados dos conflitos, as estabilizações, atentando para o que emerge de tais conflitos.

No exemplo da criação de perfis e nos subsequentes agenciamentos por algoritmos de *machine learning*, que, ao monitorar as ações, modificam a si mesmos e filtram conteúdos para os humanos perfilados, seria interessante incluir uma questão sobre que tipo de efeito de tensionamento tal sociotécnico faz emergir no tecido social, de modo que seja possível perguntar: tais efeitos são socialmente desejáveis? E para além disso caberia ainda investigar os interesses políticos, econômicos e culturais envolvidos numa disputa pela relevância – questão que parece central no mercado da extração de dados, uma vez que os humanos somente usam, de fato, os sistemas cujos algoritmos conseguem dar-lhes “resultados relevantes”. No entanto, grande parte do público que utiliza mídias digitais continua conhecendo muito pouco sobre os filtros e os algoritmos, tão focado que está nos resultados relevantes. Assim, podemos, inspirados por Latour, levantar uma série quase infinita de questões sobre biopoder: que tipo de atores estão sendo invisibilizados pela ênfase nos resultados relevantes? Que efeitos no social essa invisibilização tem? A quem interessa invisibilizar tais atores? Qual o valor em questão, qual o objeto de disputa quando se trata de governamentalidade algorítmica de ações humanas?

Diante do exposto, parece lícito afirmar que a epistemologia da comunicação teria muito a ganhar com a proposta ontológico-epistemológica presente em toda a obra de Bruno Latour. Se o que foi apresentado aqui estiver correto, ainda que Latour não tenha escrito suas ideias especificamente para o campo da comunicação, a abrangência delas pode não apenas servir como baluarte metodológico para pesquisas aplicadas, mas também pode causar aquele tipo de deslocamento que é indispensável

para os trabalhos teóricos em geral e para os da comunicação em particular.

O presente trabalho, ao apresentar alguns dos pontos centrais da ontologia-epistemologia de Bruno Latour, deve ter deixado claro que não é apropriada a interpretação segundo a qual Latour assume uma posição tecnocêntrica. Como vimos, a base de sua empreitada epistemológica consiste em uma crítica ao moderno, especialmente ao dualismo que separa o “mundo social” do “mundo natural”, e sua proposta trata de completar o esquema moderno acrescentando-lhe o trabalho das traduções, das mediações, que, na proposta latouriana, seria capaz de dar origem inclusive às categorias modernas. A ideia de tecnocentrismo não encontra eco na crítica latouriana aos modernos, alicerces da sua ontologia e epistemologia. Se o suposto tecnocentrismo se referisse, na leitura de alguém, à inclusão dos não-humanos na categoria de atores, poderíamos perguntar a este alguém: só quem age são os humanos? Será que não é justamente esse tipo de postura que acaba por ocultar ou invisibilizar as ações de uma série de atores que, no exemplo das mídias digitais, monitoram, filtram, conduzem condutas? Isto só para ficar no exemplo recente, mas o mesmo poderia ser dito de diversos outros atores do sociotécnico da comunicação na cultura de massa. No entanto, frisamos uma vez mais, não se deve confundir a ideia do sociotécnico com a ideia de tecnocentrado, e o prefixo “socio” de sociotécnico deveria ser suficiente para esclarecer que esta seria uma leitura reducionista da proposta latouriana. Trata-se, isto sim, de revisar a noção de social como conceito puro ou purificado em oposição normativa ao conceito igualmente purificado de natural, na tentativa de completar o esquema moderno adicionando um eixo não-moderno, que permita, talvez, operacionalizar uma epistemologia mais reticular, mais centrada nos agenciamentos e mais próxima da ecologia que da economia.

Referências

- BACHELARD, G. 2008. *O novo espírito científico*. Lisboa, Edições 70.
- BRAGA, J.L. 2006. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, [s. l.], **5**(2):9-35.
- BRAGA, J.L. 2011. Constituição do campo da comunicação. *Verso e Reverso*, [s. l.], **XXV**(58):62-77, jan.-abr.
- BRAGA, J.L. 2018. Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a comunicação. In: *Anais do XXVII Encontro Anual da Compós*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 05 a 08 de junho de 2018, p. 1-21.
- BRUNO, F. 2012. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista FAMECOS*, [s. l.], **19**(3):681-704.
- BRUNO, F. 2013. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. [s. l., s.n.].
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1995. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo, Editora 34.
- HJARVARD, S. 2014. *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo (RS), Unisinos.
- LATOUR, B. 1994a. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34.
- LATOUR, B. 1994b. On Technical Mediation. *Common Knowledge*, [s. l.], **3**(2):29-64.
- LATOUR, B. 2002. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo, Edusc.
- LATOUR, B. 2012. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador, Edufba.
- LATOUR, B. 2013. *An Inquiry into Modes of Existence: An Anthropology of the Moderns*. Cambridge, Harvard University Press.
- LEMOS, A. 2010. Você está aqui! Mídia locativa e teorias “Materialidades da Comunicação” e “Ator-Rede”. *Comunicação & Sociedade*, [s. l.], **32**(54):5-29.
- LEMOS, A. 2013a. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo, Annablume.
- LEMOS, A. 2013b. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galáxia*, [s. l.], **25**:52-65.
- SALGADO, T.B.P. 2018. *Fundamentos pragmáticos da teoria ator-rede para análise de ações comunicacionais em redes sociais online*. Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.].
- SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. 2015. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *Matrizes*, São Paulo, **9**(1):167-185.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. 2010. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do twitter*. São Paulo, Paulus.
- SILVEIRA JR., P.M.; ALONSO, A. 2018. Comunicação das pessoas crise do social, teoria e psicanálise. In: *Anais do XXVII Encontro Anual da Compós*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 05 a 08 de junho de 2018, p. 1-18.
- SILVEIRA, S.A. 2017. Governo dos algoritmos. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, **21**(1):267-281.
- TUROW, J.; COULDRY, N. 2018. Media as Data Extraction: Towards a New Map of a Transformed Communication Field. *Journal of Communication*, **68**(1):415-423.

Artigo submetido em 14-07-2019
Aceito em 22-10-2019